

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

1. RESULTADOS

Em 30 de junho de 2015, o Banco apresentou prejuízo no semestre de R\$ (405), contra um lucro de R\$ 2.467 apresentado no primeiro semestre de 2014.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 8.004 no primeiro semestre de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014 o resultado foi de R\$ 25.333.

2. ATIVOS E PASSIVOS

O total de ativos atingiu R\$ 194.221 (30/06/2014 - R\$ 418.482), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações Interfinanceiras	72.615	25.589
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	58.324	51.630
Carteira de Crédito	40.405	309.198

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 60.837, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 20.432, correspondente a 34% da carteira total, em junho de 2014 correspondiam a R\$ 337.592, R\$ 28.394, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 104.884 (30/06/2014 - R\$ 106.804), composto da seguinte maneira:

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		110.762	314.888
Disponibilidades	4	48	4.203
Operações Interfinanceiras de Liquidez	5	72.615	25.589
Aplicações no Mercado Aberto		11.440	21.500
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		61.175	4.089
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	68	988
Carteira Própria		-	941
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	68	47
Relações Interfinanceiras	7	60	168
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		10	12
Créditos Vinculados:	50	156	156
Depósitos no Banco Central		50	156
Operações de Crédito	8	34.438	277.198
Setor Privado		49.861	305.176
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(15.423)	(27.978)
Outros Créditos	9	3.474	6.544
Carteira de Câmbio	9.a	-	38
Negociação e Intermediação de Valores	9.a	41	14
Créditos Tributários	9.b	1.984	2.587
Diversos	9.d	1.449	3.905
Outros Valores e Bens	10	59	198
Despesas Antecipadas		59	198
Ativo Realizável a Longo Prazo		82.061	101.689
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	58.256	50.681
Carteira Própria		46.257	14.139
Vinculados à Prestação de Garantias		11.999	36.542
Operações de Crédito	8	5.967	32.000
Setor Privado		10.976	32.416
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(5.009)	(416)
Outros Créditos	11	17.838	19.008
Créditos Tributários	9.b	17.838	19.008
Permanente	1.398	1.905	1.905
Investimentos	11	445	530
Participações em Coligadas e Controladas:		445	530
No País		445	530
Imobilizado de Uso	12	953	1.375
Imóveis de Uso		247	246
Outras Imobilizações de Uso		3.045	2.974
(Depreciações Acumuladas)		(2.339)	(1.845)
Total do Ativo		194.221	418.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Capital Social	104.015	104.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(462)	364
Reservas de Lucros	1.736	2.425
Prejuízos Acumulados	(405)	-

AGÊNCIA DE RATING

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR - moeda local e estrangeira)	
Moody's (1)	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's (1)	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings (1)	F2	BBB+	B	B+

(1) junho/2015

GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da Instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco Original do Agronegócio S.A. revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

OUVIDORIA

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 30 de junho de 2015 houve abertura de uma demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

PESSOAS

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da Instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências. Investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados. São Paulo, 26 de agosto de 2015

Diretora

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a	01/01 a
Receitas da Intermediação Financeira		10.386	48.946		
Operações de Crédito	8.g	8.004	25.333		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	8.959	11.534		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(6.469)	11.954		
Resultado de Operações com Câmbio		(108)	125		
Despesas da Intermediação Financeira		(6.228)	(35.490)		
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(7.951)	(25.478)		
Operações de Empréstimos e Repasses		(3)	(18)		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.766	(9.913)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.158	13.537		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.832)	(8.766)		
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	30	91		
Despesas Pessoal	20	(63)	(1.469)		
Outras Despesas Administrativas	21	(4.661)	(6.408)		
Despesas Tributárias	22	(401)	(1.074)		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	14	(178)		
Outras Receitas Operacionais	23	345	707		
Outras Despesas Operacionais	24	(96)	(435)		
Resultado Operacional		(674)	4.771		
Resultado não Operacional	25	-	(169)		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(674)	4.602		
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	269	(1.760)		
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(2.356)		
Provisão para Contribuição Social	-	-	(1.455)		
Ativo Fiscal Diferido	269	2.051	-		
Participações no Lucro		-	(375)		
Lucro/(Prejuízo) do Semestre		(405)	2.467		
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		(0,004)	0,0247		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Atividades Operacionais		(405)	2.467
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Semestre		(1.660)	7.569
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(1.766)	9.913
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(14)	178
Depreciações e Amortizações	22	237	732
Ajuste a Valor de Mercado		56	(1.578)
Tributos Diferidos		(269)	(2.051)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	96	-
Provisão de Participações no Lucro		-	375
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Semestre		(2.065)	10.036
Variações em Ativos e Passivos		(79.464)	(66.227)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(60.416)	(18.155)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		2.387	(29.965)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		70	150
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		44.001	30.914
Redução (Aumento) em Outros Créditos		1.955	394
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(53)	(101)
Aumento (Redução) em Depósitos		(38.767)	(26.227)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	(700)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(26.377)	(22.783)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(104)	(414)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(2.160)	642
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	19
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(81.529)	(56.191)
Atividades de Investimento		-	-
Aumento de Investimentos		(14)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(19)	(117)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(33)	(117)
Atividades de Financiamento		-	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.020)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(1.020)	-
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.582)	(56.308)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		94.070	82.011
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	11.488	25.703
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.582)	(56.308)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		101.212	459	2.302	-	-	103.973
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	364	-	364
Homologação do BACEN s/aumento de Capital Social		-	2.344	-	-	(2.344)	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	2.467	2.467
Destinações:		-	-	123	-	(123)	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		101.212	2.803	2.425	364	-	106.804
Mutações do Semestre		-	2.344	123	364	-	2.831
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	16.a	104.015	-	1.736	(476)	-	105.765
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(476)	-	(476)
Prejuízo Líquido do Semestre		-	-	-	-	(405)	(405)
Saldos em 30 de Junho de 2015		104.015	-	1.736	(462)	(405)	104.884
Mutações do Semestre		-	-	-	(476)	(405)	(881)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 26 de agosto de 2015 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Auração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados ao custo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. LIMITES OPERACIONAIS

Desde outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada. Em 30 de junho de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar. O Índice de Basileia demonstrado a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro:

	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.987.285	2.033.285
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.987.285	2.033.285
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) (1)	5.690.878	842.610
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	4.403.678	249.718
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	788.953	528.742
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	498.247	64.150
Índice de Basileia III e II	34,9	26,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%. O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br. As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. PARTES RELACIONADAS

a) Benefícios Pós-Emprego: O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.
b) Participação Acionária: A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2015 e 2014:

Acionistas	30/06/2015		30/06/2014	
	Ações Ordinárias	(%)	Ações Ordinárias	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações Ltda. (J&F) (1)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

c) Transações com Partes Relacionadas: As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Aplicações em Operações				
Compromissadas	11.440	-	444	-
Banco Original S.A. (1)	11.440	-	444	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	61.175	-	2.372	-
Banco Original S.A. (1)	61.175	-	2.372	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	57	-	-
Banco Original S.A.	-	57	-	-
Depósito à Vista	(122)	(55)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	(1)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(44)	(14)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(7)	(6)	-	-
J&F Participações Ltda.	-	(2)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(35)	(3)	-	-
Original Promotora Ltda.	(7)	-	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	(21.500)	-	(9)
Banco Original S.A.	-	(21.500)	-	(9)
Depósito a Prazo	(334)	(344)	(37)	(5)
Original Promotora Ltda.	(334)	(302)	(37)	(2)
Outros (2)	-	(42)	-	(3)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(1.263)	-	(67)
Outros (2)	-	(1.263)	-	(67)

(1) Controlado pela J&F;

(2) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Intermediação e Assessoria Financeira	-	14
Cobrança e Arrecadações	-	16
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	-	61
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	28	-
Outras Prestações de Serviços (1)	2	-
Total	30	91

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

20. DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração	(41)	(1.094)
Encargos	(12)	(131)
Benefícios	(10)	(239)
Outras	-	(5)
Total	(63)	(1.469)

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(703)	(1.360)
Depreciações e Amortizações	(237)	(732)
Propaganda e Publicidade (1)	(537)	(413)
Comunicações	(271)	(234)
Processamento de Dados	(2.293)	(1.715)
Aluguéis	(43)	(353)
Transportes e Viagens	(119)	(461)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(25)
Manutenção e Conservação de Bens	(47)	(94)
Serviços do Sistema Financeiro	(160)	(414)
Água, Energia e Gás	-	(14)
Material	-	(9)
Outras	(250)	(584)
Total	(4.661)	(6.408)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Despesa com COFINS	(259)	(893)
Despesa com ISS	(2)	(5)
Despesa com PIS/Pasep	(42)	(145)
Outras	(98)	(31)
Total	(401)	(1.074)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atualização de Impostos a Compensar	74	87
Reversão de Provisões Contingenciais	-	569
Recuperação de Encargos e Despesas	146	25
Atualização de Depósitos Judiciais	5	5
Reversão de Provisões Operacionais	120	-
Outras	-	21
Total	345	707

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais	-	-
Trabalhistas	(16)	-
Indenizações Trabalhistas	(80)	-
Outras	-	(435)
Total	(96)	(435)

25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	(169)
Total	-	(169)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(674)	4.227
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(14)	178
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	13	173
Base de Cálculo - CSLL	(675)	4.578
Base de Cálculo - IRPJ	(671)	4.581
CSLL - 15%	101	(687)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	168	(1.074)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	269	(1.760)
IRPJ e CSLL Exercícios Anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	269	(1.760)

27. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da Alta Administração do Banco. Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses. Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a) Gerenciamento de Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACLR's - Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

b) Gerenciamento de Riscos de Mercado: O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN. A análise de exposição das carteiras da Instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da Instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da Instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c) Gerenciamento de Riscos de Liquidez: A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia. A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descaimentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d) Gerenciamento de Riscos de Crédito: Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação. No caso particular em que o cliente é a contraparte do Banco em uma operação de derivativos, avalie-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros. A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias Prestadas: Em 30 de junho de 2015, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários (30/06/2014 - R\$ 755).

b) Plano de Aposentadoria e Pensões: O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

c) Informações Suplementares: Publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, a Medida Provisória nº 675 majorou a alíquota da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as instituições financeiras de 15% para 20%, vigorando a partir de 1º de setembro de 2015. Considerando-se que o Crédito Tributário constituído com base nas diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes tributários efetuados nas instituições que compõem o Banco Original, são de longo prazo e consequentemente serão realizados na vigência da nova alíquota, calculamos qual seria este efeito com base nos saldos em 30 de junho de 2015, cujo resultado foi o aumento do Crédito Tributário em R\$ 2.472 MM, assim demonstrado:

Descrição	BOA
Base de Cálculo	49.441
Crédito Tributário à Alíquota de 15%	7.416
Crédito Tributário à Alíquota de 20%	9.888
Diferença a Constituir	2.472

Os valores acima mencionados não são parte integrante do resultado encerrado em 30 de junho de 2015 e somente poderão ser reconhecidos a partir de 1º de setembro de 2015, considerando-se a hipótese da MP nº 675/15 ser aprovada pelo Congresso Nacional.

A DIRETORIA

CONTADOR - Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Original do Agronegócio S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

No nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 26 de agosto de 2015

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0